

COMISSÃO EXTERNA DE OBRAS INACABADAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. ZÉ SILVA)

Requer a realização de fórum sobre medidas a serem adotadas com o intuito de retomar o andamento de obras inacabadas, a ser realizado, em conjunto com o Ministério da Economia, no Estado de Minas Gerais.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de fórum destinado a discutir medidas a serem adotadas com o intuito de retomar o andamento de obras inacabadas, a ser realizado no Estado de Minas Gerais. O evento será organizado em colaboração com o Governo do Estado e o Departamento de Transferências da União, órgão integrante da estrutura do Ministério da Economia, e contar com representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- Tribunal de Contas do Estado em Minas Gerais;
- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- Caixa Econômica Federal;
- Banco do Brasil;
- Associação Mineira de Municípios.



* C D 2 1 7 6 3 4 2 7 1 3 0 0 *

JUSTIFICAÇÃO

Um dos problemas mais constrangedores enfrentados pela administração pública brasileira é a frequente e inaceitável descontinuidade de seus empreendimentos. Obras iniciadas e não concluídas são o que há de pior para os interesses da população, na medida em que representam, simultaneamente, um considerável desperdício de recursos públicos e a frustração de expectativas legítimas e muitas vezes inadiáveis.

Sem dúvida, a Comissão Externa de Obras Inacabadas constitui uma iniciativa relevante para equacionar este verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento equilibrado do país. Mas é preciso que se tenha em mente a necessidade de engajar na discussão órgãos públicos e entidades com papel relevante a desempenhar no destravamento de obras públicas, porque não há outro modo de superar a situação.

O Estado de Minas Gerais, de proporções enormes e de relevância estratégica para o conjunto da federação, é um dos que mais sofre com a paralisação recorrente de obras públicas. Dado extraído do portal do Tribunal de Contas do Estado (endereço <https://geoobras.tce.mg.gov.br/cidadao/>) dá conta da existência, na data em que se redige a presente justificativa, de 713 obras com andamento descontinuado, nas quais já foram investidos R\$ 1.406.596.233,18.

Desta forma, não há outro modo de qualificar a situação, que exige, com a devida urgência, a adoção de iniciativas como a veiculada no presente requerimento.

Sala da Comissão, em de junho de 2021.

Deputado ZÉ SILVA

